



24466267



08018.029981/2023-94



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
Plenário do Comitê Nacional para os Refugiados

ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS

A PRESENTE ATA FOI APROVADA POR TODOS OS MEMBROS PRESENTES À 171ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONARE, DE 15 DE JUNHO DE 2023.

No dia dezoito de maio de dois mil e vinte três, às dez horas, foi realizada, em ambiente presencial e virtual, a centésima septuagésima Reunião Ordinária do Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, presidida pela Presidente do CONARE em exercício, **Sra. Sheila Santana de Carvalho**.

Foi registrada a presença da Coordenadora-Geral do Conare, **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros**; da Presidente do Conare e membro titular do Ministério da Justiça e Segurança Pública, **Sra. Sheila Santana de Carvalho**; do membro titular da Polícia Federal, **Sr. Bruno Ribeiro Castro**; da membro titular do Ministério das Relações Exteriores, **Sra. Maria Clara de Paula Tusco**; da membro suplente do Ministério das Relações Exteriores, **Sra. Anna Paula Ribeiro Araújo Mamede**; da membro titular do Ministério do Trabalho e Emprego e Coordenadora-Geral de Políticas de Trabalho, Emprego e Renda, **Sra. Lucilene Estevam Santana**; da membro titular do Ministério da Saúde e Coordenadora-Geral na Assessoria Internacional do mesmo órgão, **Sra. Marina Moreira Costa Pittella**; do membro titular do Ministério da Educação, **Sr. Thomaz Alexandre Mayer Napoleão**; da membro suplente do Ministério da Educação, **Sra. Roseli Teixeira Alves**; do membro titular da sociedade civil e Diretor da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, **Monsenhor Manuel de Oliveira Manangão**; do membro suplente da sociedade civil e Diretor da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, **Pe. Marcelo Maróstica Quadro**; do membro titular do Alto Comissariado das Nações Unidas (Acnur), **Sr. Davide Torzilli** e da membro suplente do Alto Comissariado das Nações Unidas (Acnur), **Sra. Silvia Sander**.

Ademais dos membros do Comitê Nacional para os Refugiados, nos termos do art. 14 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, foram também registradas as presenças do representante da Defensoria Pública, **Sr. Gustavo Zortéa da Silva**; do representante do Ministério Público Federal, **Sr. André de Carvalho Ramos**; da representante do Ministério Público Federal, **Sra. Michele Corbi**; da membro convidada do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate a Fome, **Sra. Niusarete Margarida de Lima**; do membro convidado do Ministério da Igualdade Racial, **Sr. Yuri Santos de Jesus da Silva**; da membro convidada do Ministério de Portos e Aeroportos, **Sra. Fernanda Rosas Pires de Saboia**; do membro convidado do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, **Sr. Alex André Vargem**; da membro convidada do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania suplente, **Sra. Clarissa Teixeira Araújo do Carmo** e da Diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos, **Ir. Rosita Milesi**. Registra-se também a presença da Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, **Sra. Symmy Larrat**.

A reunião foi iniciada com a seguinte pauta:

1. Boas-vindas e aprovação das atas das Reuniões Ordinárias 168ª e 169ª e da 20ª Reunião Extraordinária;
2. Informes;
3. Apreciação de casos em bloco;
4. Apresentação do Planejamento da CG-CONARE;
5. Deliberação sobre proposta de implementação de procedimento simplificado para análise dos processos de solicitantes de refúgio oriundos de países que criminalizam a conduta sexual de pessoas do mesmo sexo (população LGBTQIA+ como grupo social);
6. Encerramento.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** dá início à reunião cumprimentando e agradecendo a todos os presentes. Logo após, passa a palavra a Sra. Sheila Santana de Carvalho.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a presença da Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, Symmy Larrat, e lembra que ontem foi o Dia internacional de enfrentamento à homofobia, grande data para a Esplanada que resgata a proteção dos direitos das pessoas LGBTQIA+.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros**, enumera as pautas a serem tratadas, então a **Sra. Sheila Santana de Carvalho** pede a inversão da pauta para que a deliberação sobre a proposta de implementação de procedimento simplificado para análise dos processos de solicitantes de refúgio oriundos de países que criminalizam a conduta sexual de pessoas do mesmo sexo (população LGBTQIA+ como grupo social) seja o primeiro tópico, levando em consideração a presença da Sra. Symmy Larrat. A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** passa a palavra para a Sra. Amarilis Tavares Busch.

A **Sra. Amarilis Tavares Busch** cumprimenta a todos e diz que fará uma breve explanação para após passar a palavra para o Sr. Arthur Felipe Murta Rocha Soares, professor convidado, que auxiliou nos trabalhos de revisão técnica do encaminhamento ora proposto. Inicia explicando que a proposta apresentada tem o objetivo de reconhecer a população LGBTQIA+ como um grupo social específico no âmbito da Convenção de 1951 e da Lei de Refúgio brasileira e que, a partir desse reconhecimento, é sugerido que sejam estabelecidos procedimentos simplificados na análise das solicitações de refúgio de pessoas oriundas de países que criminalizam a conduta sexual entre pessoas do mesmo sexo. Nesse ponto, a **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** intervém para dizer que o Comitê não aprovará uma Nota Técnica específica, mas sim uma proposta de encaminhamento. Retomando, a **Sra. Amarilis Tavares Busch** relata que o estudo realizado está dividido em cinco seções. Na primeira parte é feita uma introdução; a segunda trata do marco legal e das violações com base na orientação sexual e identidade de gênero; na terceira parte, trata da qualificação da comunidade LGBTQIA+ como um grupo social, depois é tratada a criminalização da conduta entre pessoas do mesmo sexo em determinados países e, por fim, é trazida a conclusão e recomendações ao Conare. Destaca que o foco está primeiro em países que possuem leis que criminalizam atos e comportamentos sexuais consensuais entre pessoas do mesmo sexo, tratando de questões legais e consequências na vida, subsistência, liberdade e segurança de indivíduos com orientação sexual diversa. Não serão analisados contextos de países que não criminalizam explicitamente a conduta sexual entre pessoas do mesmo sexo, mesmo que a realidade social desses países seja hostil e insegura para a população com orientação e identidades de gênero diversas, sendo a existência de leis que criminalizam tais condutas utilizadas como marcador de direitos da população LGBTQIA+. Demonstra que o estudo foi baseado em diversas fontes, incluindo a ILGA World, uma instituição internacional que trabalha em prol dos direitos da população LGBTQIA+, Acnur, Conselho de Direitos Humanos da ONU, relatórios da Human Rights Watch, governos da Austrália e Estados Unidos e da Freedom House. Foi realizado um levantamento de setenta e um países, sendo que cinco desses países aplicam a pena de morte para os casos de condenação em razão da conduta sexual, e outros onde há fortes indícios de que a pena pode ser aplicada. Logo após, discorre sobre o princípio da não discriminação como fundamental e estabelecido em diversos tratados e instrumentos de direitos humanos e que devem ser exercidos e garantidos por qualquer ser humano, sem distinção, de

qualquer espécie. Relata que essa população está sujeita a ataques e abusos espontâneos, mas também a abusos organizados por religiosos extremistas, grupos paramilitares, neonazistas e nacionalistas. Essa população também corre risco de sofrer violência dentro de suas famílias e comunidade e está sujeita a violações especialmente cruéis quando comparadas a outros crimes motivados por preconceito, pois existe um grau de crueldade maior em relação a essa população que inclui espancamento, tortura, mutilação, castração e agressão sexual. Relata que um grupo social específico é um grupo de pessoas que compartilham características comuns, além do fundado temor de perseguição ou pessoas que são percebidas como um grupo pela sociedade, podendo ser uma característica inata, imutável ou algo que é fundamental para a identidade. Continua demonstrando todo o estudo realizado acerca dos países e suas leis que condenam esse tipo de conduta e penas que variam de prisão a pena de morte. Logo após, conclui que esse é um grupo social vulnerável que está sujeito a diversas formas de violações com consequências práticas na vidas dessas pessoas, por essa razão recomenda-se a adoção de procedimento simplificado com a dispensa de realização de entrevista de solicitantes LGBTQIA+ oriundos desses países, desde que exista nos seus relatos a narrativa de perseguição em razão de orientação sexual e identidade de gênero e que exista também a documentação comprobatória da nacionalidade. Para os casos em que essa narrativa não estiver clara, serão realizadas entrevistas levando em consideração o contexto discriminatório que existe no país de origem. Propõe-se a adoção de adaptação do formulário de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado de forma que ele possa captar melhor a orientação sexual e identidades de gênero diversas, além de estudos mais aprofundados sobre os demais contextos. A **Sra. Amarilis Tavares Busch** apresenta, então, o Professor Arthur Felipe Murta Rocha Soares, doutor em Relações Internacionais pela USP (Universidade de São Paulo) e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, universidade que possui um Acordo de Cooperação Técnica com a Senajus, uma parceria para troca de experiências e apoio mútuo na temática de refúgio, o que permitiu contar com a revisão conceitual do estudo por parte do referido professor. Passa a fala ao Sr. Arthur Felipe Murta Rocha Soares.

O **Sr. Arthur Felipe Murta Rocha Soares**, agradece a oportunidade e inicia sua fala destacando o local vanguardista do Brasil, internacionalmente falando, sobre proteção internacional por orientação sexual e identidade de gênero, lembrando a resolução brasileira de 2003, na qual Brasil, Canadá e outros 18 países apresentaram uma proposta sobre direitos humanos e orientação sexual tentando colocar a pauta num documento de Direitos Humanos, contudo a proposta foi bloqueada por diversos países. Em 2006, nasce os Princípios de Yogyakarta, que colocarão as questões da população LGBTQIA+ no centro dos debates de direitos humanos. Eles serão atualizados em 2017, formando os Princípios de Yogyakarta Mais 10, que amplia os princípios de direitos humanos que devem ser aplicados à população LGBTQIA+, minorias sexuais e de gênero. Esse documento não é vinculante e aqui no Brasil a instituição que mais faz uso desses princípios é o Supremo Tribunal Federal para fundamentar algumas de suas decisões. Diz que esse movimento do Brasil de fazer o processo simplificado de refúgio para minorias sexuais e de gênero remonta a essa vanguarda brasileira de fazer com que pessoas LGBTQIA+ sejam reconhecidas como um grupo social específico. Outro ponto levantado é sobre o trauma causado por essas entrevistas de elegibilidade junto a esses solicitantes de refúgio que sofrem perseguição por orientação sexual ou de gênero. Em sua atuação junto à Cáritas, pode acompanhar algumas dinâmicas com esse público e era uma situação visivelmente traumática para os solicitantes, pois precisam repetir a sua história uma série de vezes. Ressalta, também, que, nesse sentido, o Brasil é um país paradigmático, pois que reconhece refugiados LGBTQIA+, mas também é um país de origem de pessoas que pedem refúgio por motivo de perseguição a indivíduos LGBTQIA+. Retomando o processo simplificado de reconhecimento da condição de refugiado, ele fala sobre o impacto mental positivo nos solicitantes de refúgio por evitar que os mesmos precisem reviver o seu trauma uma série de vezes durante o processo de elegibilidade. Disso isso, foi pontuado que depois de 2006, com os Princípios de Yogyakarta, tem-se um documento internacional que é a Declaração sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero que foi apresentada pela Argentina e que teve um apoio de 67 países, porém todos esses países que estão na lista que a Sra. Amarilis Tavares Busch mostrou, países que tem uma legislação abertamente homofóbica, rechaçaram essa Declaração. Logo depois, há um tensionamento junto à União Africana, com vários países do continente africano dizendo que toda essa discussão sobre reconhecimento e proteção internacional à população LGBTQIA+ seria uma tentativa ocidental de impor seus valores junto às culturas africanas, o que

não é verdade, pois sabe-se que a homofobia, que hoje é um traço da maioria desses países que tem uma legislação derivada do período colonial, tem-se então uma homofobia global que foi exportada para esses países e que hoje se confunde num sentimento quase que nacionalista. Ao final, dissertou acerca dos elementos normativos para se identificar quais países podem ter esse reconhecimento simplificado. Relata que há um processo de declínio de países que tem uma legislação abertamente homofóbica, mesmo que de forma muito lenta, destacando a importância do Conare seguir com essas pesquisas para que se possa ter outros marcadores para além da legislação, pois existem muitos países que fazem uma perseguição explícita junto aos seus nacionais e que não tem nenhuma legislação que proíba a existência dessas pessoas, demonstrando a importância da continuidade das pesquisas. Logo após, agradece a oportunidade e se coloca à disposição para eventuais dúvidas.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a fala do Sr. Arthur Felipe Murta Rocha Soares e da Sra. Amarilis Tavares Busch pelo contexto. Após, coloca alguns destaques importantes, ressalta que trata-se de um marco internacional de proteção extremamente importante para a população LGBTQIA+ e espera que essa política seja um dia replicada por outros países onde há um cenário de gravidade em relação a essas pessoas e é importante que o Brasil sinalize um objetivo de proteger as pessoas LGBTQIA+, tanto as nacionais quanto os que venham de outros países. Relata que o Brasil não está ignorando a realidade de desafio da proteção dessas pessoas no estado brasileiro, mas também se coloca como referência internacional de criar marcos de proteção. Foram feitas duas sinalizações na reunião prévia e agora são reforçadas é de que há um procedimento simplificado, e os detalhes desse procedimento não serão divulgados para que se evite atitudes fraudulentas e que de fato atenda essas pessoas que precisam de proteção, e a outra questão de que não se faça publicidade dos países, pois essa não é uma medida em relação a países específicos e sim uma política de proteção a um grupo social que está em risco. Passa a palavra para a Sra. Maria Clara de Paula Tusco.

A **Sra. Maria Clara de Paula Tusco** agradece a oportunidade e deseja um bom dia a todas e todos. Começa reconhecendo a presença da secretária do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, Sra. Symmy Larrat, e agradece ao Conare e à sua Coordenação-Geral por trazer a proposta e manifestarem preocupação e sensibilidade ao tema tão relevante e pelo trabalho de articulação junto a outros órgãos de governo que são importantes para o trabalho do Comitê. Diz que internacionalmente o Brasil está na vanguarda em termos de proteção e defesa da promoção dos direitos de pessoas LGBTQIA+, uma vez que nos *core groups* de Direitos Humanos, do Conselho de Direitos Humano da Terceira Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas e também na OEA, possui grande protagonismo no tema. A posição de hoje corrobora e reflete esse posicionamento internacional. Na reunião preliminar foram apresentadas algumas preocupações em relação a alguns aspectos da proposta, inclusive potenciais efeitos de longo prazo e gostaria de deixar algumas considerações para futuros trabalhos. Em primeiro lugar, que para estudos de país e notas técnicas que virem a ser realizadas, busque-se privilegiar fontes nacionais e de agências das Nações Unidas, de preferência do ACNUR, e aproveitemos nossa valiosa rede de postos no exterior, os colocando à disposição para consultas e atualizações sobre os mais diversos temas. Além disso, comentou sobre a fala do Sr. Arthur Felipe Murta Rocha Soares, o qual mencionou a importância de não negligenciar outros marcadores para além da legislação, o que entende ser de extrema importância e por isso é importante que não se fixe em uma lista estanque de países, sendo feito um monitoramento frequente da situação e que o foco realmente seja dado às violações em si e não apenas numa lista fechada de países. Reiterando a importância de que seja feito o monitoramento de tendências, reconhecendo o trabalho da Coordenação-Geral do Conare que já vem sendo feito, pede para que seja compartilhado periodicamente com os membros esse monitoramento e em relação à proposta aprovada, no mês anterior, de meninas e mulheres oriunda de países que realizam a mutilação genital. Em seguida, fala que em relação ao uso dos procedimentos simplificados em si e isenção de entrevistas, acredita que haverá oportunidade para discutir em outras ocasiões e ser de suma importância essas discussões e reflexões acerca dos procedimentos administrativos utilizados pelo Conare, inclusive em articulação com outros Conares da região no âmbito do Mercosul. Relata, também, sobre o reforço das capacidades do órgão e outras soluções criativas que se pode pensar juntos. Menciona a importância do momento vivenciado com a elaboração da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, momento

propício para nós, membros do Conare, inserirmos as necessidades e desafios atuais do órgão e formas de lidar com eles. Por fim, relata o objetivo maior de todos os presentes, que é fortalecer o instituto do refúgio em nosso país, agradece a oportunidade e devolve a palavra a Sra. Sheila Santana de Carvalho.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** reforça a importância de considerar os dados das bases diplomáticas mundo afora e agradece as contribuições do Ministério das Relações Exteriores. Logo após, coloca para deliberação do Comitê a aprovação do procedimento simplificado para pessoas LGBTQIA+ que venham de contextos que criminalizam a sua existência. Sem óbice, declara aprovada. Passa, então, a palavra à Sra. Symmy Larrat.

A **Sra. Symmy Larrat** deseja um bom dia e diz que tentará não se emocionar com o assunto. Relata que já viveu períodos em que havia um governo popular muito tímido nessa pauta, depois viveu um período em que teve vontade de sair do país e agora vive um momento em que se tem um governo que quer debater essas questões e que está demonstrando ter a ousadia necessária para a construção de políticas públicas. Um governo que entende os novos tempos e as novas necessidades que são pontuadas a partir do momento que se reconhece pessoas e grupos sociais como detentoras de direitos e que precisam ter seus direitos garantidos. Olhar para esses indivíduos como pessoas que detêm direitos e que precisam ter acesso a esses direitos e que não os podem ter violados ou negados, simplesmente por ser a intenção a partir de sentimentos e entendimentos que são mais pessoais do que coletivos. Diz ser muito emocionante estar presente nesse debate e agradece a todos que se esforçaram, à celeridade e o estudo que foi realizado. O dia 17 de maio é o dia internacional e nacional de enfrentamento às violências contra as pessoas LGBTQIA+ e hoje estamos entregando um enfrentamento a essa violência, não só a nível nacional, mas internacionalmente. No dia 28 de junho também temos uma data importante que é o dia internacional do orgulho de ser LGBTQIA+ e é motivo de muito orgulho ver que o Brasil está retomando esse pioneirismo, porque se tem algum momento que dá orgulho de se brasileiro é quando se viaja, sobretudo em missão, e é visto o trabalho que o Itamaraty fez ao longo dos anos e as pessoas nos procuram para dizer que o Brasil tem que se posicionar por ser pioneiro. Por fim, a secretária informou que terá que se ausentar logo em seguida pois irá ao conselho nacional e levará essa notícia ao conjunto de conselheiros, para que se possa replicar isso com as devidas orientações que foram dadas durante a reunião. Faz um apelo para que quando se for pensar na aplicação, possa ser levado não só a metodologia desse procedimento simplificado, mas que também se coloque os Princípios de Yogyakarta. Há poucos anos, a orientação era de que gênero tinha que ser o sexo biológico, contudo isso pode ajudar na demonstração internacional de um outro entendimento para que as pessoas que forem acolher entendam do que se está sendo falado. Agradece e encerra sua fala.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece à secretária e diz ter muito orgulho em caminhar ao seu lado. Quebrando um pouco o protocolo, demonstra sua emoção como uma mulher bissexual, pois é sabido da luta e a resistência, especialmente nesses últimos anos e se diz muito feliz em conseguir construir uma nova política que valoriza a nossa vivência e afetividade. Por fim, agradece por todo o trabalho realizado pela secretária e em seguida passa a palavra a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** inicia oferecendo a palavra a alguém que queira se manifestar a respeito dessa pauta. Em seguida passa a palavra ao Sr. Davide Torzilli.

O **Sr. Davide Torzilli** deseja um bom dia e diz que é sua primeira reunião do Conare com os novos membros e coloca o Acnur à disposição para qualquer necessidade ou informações. Reconhece a importância das palavras da Sra. Symmy Larrat e fala sobre a importância, necessidade e oportunidade dessa iniciativa em nome do Alto Comissariado, mas também em seu nome pessoalmente como representante da comunidade LGBTQIA+. Agradece o trabalho feito pelo CONARE, menciona que esse ano é o aniversário de 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos que teve como tema eleito o tema Unidos pela Diversidade, o que torna a iniciativa muito oportuna. Continuou dizendo da importância de seguir reconhecendo que essas violações acontecem em várias partes do mundo para fortalecer o mecanismo de proteção para as pessoas LGBTQIA+ e relata que a proposta está completamente alinhada com as diretrizes do Acnur, que são de 2012, mas que estão sendo revisadas e essa será uma contribuição muito importante do Brasil. Por fim, oferece

o apoio do Acnur em particular no desenvolvimento de diretrizes para os indivíduos que não estejam incluídos nesse procedimento simplificado.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece as palavras do Sr. Davide Torzilli e em seguida passa a palavra para o Sr. Gustavo Zortéa da Silva.

O **Sr. Gustavo Zortéa da Silva**, em nome da Defensoria Pública da União, deixa o registro dos cumprimentos ao Comitê pela aprovação realizada à pouco e, também, uma homenagem a Sra. Amarilis Tavares Busch e a toda a equipe por todo trabalho minucioso que foi feito. Diz que é necessário se pensar no que está sendo tratado e aprovado pelo Comitê nesse dia, pois além de reforçar o próprio instituto de refúgio, torna este refúgio mais célere e evita que pessoas sejam submetidas a uma revitimização por meio de entrevista. Diz também que se está trabalhando com marcadores objetivos bastantes seguros, que é a própria criminalização da existência de pessoas da comunidade LGBTQIA+, pois são marcadores que permitem seguir no caminho do procedimento prima facie, uma vez que na última Nota Técnica se rompeu um pouco com aquela ideia de que o procedimento prima facie se aplicaria apenas para situações de grave e generalizada violação de direitos humanos. Portanto, o Comitê demonstrou que é possível também no caso de refúgio clássico trabalharmos com o procedimento prima facie, como já recomenda o manual de procedimento do Acnur, o qual já prevê essa possibilidade. O Sr. Gustavo Zortéa da Silva exorta que se continue a seguir nesse mesmo caminho, o qual sempre foi defendido pela Defensoria Pública da União, diz que se tem mecanismos, criatividade e possibilidade de vencer esse passivo e que esse é o grande recado dessa Nota Técnica.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece as palavras do Sr. Gustavo Zortéa da Silva e em seguida passa a palavra para o Sr. André de Carvalho Ramos, representante do Ministério Público Federal.

O **Sr. André de Carvalho Ramos** desejou bom dia a todos os presentes e registrou a felicidade pessoal de estar presente na plenária de forma presencial e saudou a recente aprovação do Comitê em nome do Ministério Público Federal. Então, relatou que na fala do Sr. Arthur Felipe Murta Rocha Soares ficou bem destacado a importância de que seja mencionado nos procedimentos simplificados os Princípios de Yogyakarta. Uma vez que se quisermos que o Princípio de Yogyakarta sejam fonte normativa do Direito Internacional, pois foi uma reunião de especialistas e aquilo que é obviamente um déficit normativo do Direito Internacional dos Direitos Humanos, que é a falta de um tratado de Direitos Humanos sobre os direitos da homoafetividade, é importante que seja sempre mencionado, pois isso mostra que o Brasil endossa a posição de ser os princípios espelho do costume Internacional na matéria e com isso poderemos auxiliar na construção e a superar esse déficit normativo.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradeceu as palavras do Sr. André de Carvalho Ramos, convidou quem quiser comparecer a reunião de forma presencial e em seguida passou a palavra para a Sra. Fernanda Rosas Pires de Saboia, do Ministério de Portos e Aeroportos.

A **Sra. Fernanda Rosas Pires de Saboia** deseja um bom dia e parabeniza o Conare por essa aprovação e faz um adendo à Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, artigo 12, inciso 4º, que cabe ao Conare orientar e coordenar as ações necessárias de eficácia a proteção para que se possa de fato pensar numa política pública para esta população. Diz que hoje ainda há 80 pessoas dormindo no aeroporto de Guarulhos e que há preocupação em garantir a dignidade humana dessas pessoas que serão acolhidas pelo Brasil necessitando de um plano de acolhimento, um espaço de abrigo específico para essa comunidade, para que não tenha dentro dos abrigos situações de violência e situações que colocam em risco a vida dessas pessoas que já estão vindo de um processo muito difícil de violência, de perseguição. Então, deixa registrado a preocupação de fazer de fato um acolhimento que garanta a dignidade humana desse grupo e, por fim, agradeceu a oportunidade.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradeceu as palavras da Sra. Fernanda Rosas e ressaltou a importância de ter sempre em vista novas políticas públicas de refúgio para essa população que o Brasil está recebendo enquanto refugiados, já colocando essa tarefa para o Coordenador de Políticas Públicas de Refúgio de pensar essas outras medidas de acolhimento que podem ser desenvolvidas no âmbito do Conare. Em seguida, agradece a deputada Erika Hilton e o deputado Pastor Henrique que colocaram a disposição para se pensar

em outras medidas de construção, enfim, tem-se uma bancada no Congresso Nacional que está disposta a fazer essa atualização, bem como o senador Paim, um grande aliado da agenda de migrantes e refugiados que também se colocou à disposição para se pensar e construir políticas efetivas. Dialogando com a fala do Defensor Gustavo Zortéa da Silva sobre importância de se ter um atendimento humanitário, diz que isso é tudo que se pretende desenvolver aqui, desde o seu primeiro momento na presidência do Comitê. Sempre teve o seu direcionamento voltado ao acolhimento de forma mais humanitária possível essa população, além de que o Conare seja um espaço de construção de políticas públicas para a atenção à população refugiada e não apenas um lugar que se faça análise de casos. Relatou também que espera desenvolver e criar novas políticas de atendimento a essa população e que essa gestão faça desse espaço do Conare um espaço muito estratégico para a elaboração dessas políticas a nível de governo federal. Em seguida passou a palavra para o Sr. Alex André Vargem, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

O **Sr. Alex André Vargem** agradece a oportunidade e parabeniza os colegas do Conare. Ele diz que é sempre feita a reflexão da elegibilidade, que é de suma importância, mas destaca também a dimensão do cotidiano, porque muitas vezes se pensa em alguns grupos de refugiados no âmbito das metrópoles e em muitos casos eles vivem entre seus pares, dentro da própria comunidade. Tal fato torna algumas violências invisibilizadas, entre elas as violências contra a população LGBTQIA+. Muitas vezes eles não vão se afirmar perante seus pares, pois também vão sofrer o ostracismo da própria comunidade. Logo, tem-se a dimensão das políticas públicas locais que é de suma importância para que também tenham um mecanismo de proteção e de compreensão da legislação local. Por fim, agradeceu a oportunidade.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradeceu as palavras do Sr. Alex André Vargem e, logo após, foi presenteadada com um botom do Acnur com a bandeira LGBTQIA+ que representa a luta da agência contra toda forma de discriminação de gênero e orientação sexual e a luta contra a homofobia. Em seguida, passou a fala para a Sra. Luana Medeiros, para a continuação do primeiro ponto da pauta, pois foi feito uma leve inversão.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** retomou a pauta e mencionou a aprovação das atas, as quais foram circuladas previamente para os integrantes do Comitê e receberam contribuições do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, além do Acnur e do Ministério do Trabalho e Emprego e todas foram incorporadas. Em seguida, perguntou se há mais alguma contribuição. Sem novas sugestões, foram todas aprovadas e já estão circulando as versões físicas para que todos possam assinar.

Em seguida, a **Sra. Sheila Santana de Carvalho** destaca uma questão em relação às atas. Diz que é importante, à nível de política de transparência e atualização, que se tenha sempre a ata da reunião anterior pronta antes da reunião seguinte. Comunica aos membros do Conare que o Comitê foi reconhecido como uma referência de boas práticas na questão de transparência e acesso à informação pela Controladoria-Geral da União. Hoje o Conare é uma referência em política de transparência para outros órgãos do governo federal e por isso é muito importante que continue desenvolvendo esse trabalho. Logo após, deu seguimento ao próximo ponto da pauta passando a palavra ao Coordenador de Políticas de Refúgio, o Sr. Pedro Henrique de Moraes Cicero.

O **Sr. Pedro Henrique de Moraes Cicero** deseja bom dia a todos os presentes e relata que há três breves informes, os quais são entregas da Coordenação-Geral do Conare. Começa agradecendo a presença do Sr. João Fabio Sanches Silva, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul e o Sr. Handerson Joseph, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e compartilha uma iniciativa feita desde janeiro que é uma prioridade para o Conare. Se trata de uma política de refúgio voltada para a população haitiana, que é um curso inédito no país, segundo consta, e que vai formar pessoas haitianas que já estão no Brasil e que já dominam de alguma maneira o idioma português para que eles se tornem formadores e que possam utilizar o método português como língua de acolhimento para a própria comunidade haitiana. Esse curso vai contar com haitianos das 5 regiões do Brasil e tem como objetivo não só formar essas pessoas enquanto formadores, mas também para que esses indivíduos, em especial, consigam construir suas próprias turmas de português como língua de acolhimento e termos maior eficiência nessa difusão de conhecimento tão importante. Em seguida, passa a palavra ao Sr. João Fabio Sanches Silva e, após, ao Sr. Handerson Joseph.

O **Sr. João Fabio Sanches Silva** deseja um bom dia a todos e agradece ao Sr. Pedro Henrique de Moraes Cicero. Relata que o convite engrandece ainda mais toda a iniciativa de uma política pública de acolhimento, linguístico, humanitário e educacional à toda a comunidade migrante internacional. Diz coordena um programa que desde 2017 vem realizando ações em 3 grandes eixos: acolhimento linguístico, humanitário e educacional a toda a comunidade migrante internacional presente no estado do Mato Grosso do Sul. Desde abril de 2017 mais de 1.700 migrantes internacionais já passaram pelos processos de apropriação da língua portuguesa como língua de acolhimento, tendo o curso como objetivo oferecer uma proposta extensionista para se pensar na capacitação de colaboradores haitianos para o ensino do português nas suas comunidades. O objetivo desse curso de extensão é a capacitação dos colaboradores haitianos, logicamente tentaremos contribuir para a formação teórica e prática desses agentes, ampliando as discussões sobre necessidades específicas de cada localidade, porque sabe-se que há níveis diferentes de conhecimento da língua portuguesa, tempo de permanência no nosso país e tudo isso influi diretamente no modo como a língua portuguesa é apropriada. Haverá durante o curso duas etapas, uma pensando na formação de haitianos que serão os multiplicadores dessa prática pedagógica e num segundo momento o acompanhamento de turmas que irão se formar, tendo como ideia partir do conceito mais inicial como o que significa português como língua não materna, chegando até o processo de correção e avaliação dos alunos. Então, faremos ao longo das 12 semanas uma imersão bastante interessante no que envolve o ensino de português para falantes de outras línguas, daí a necessidade do haitiano e da haitiana que for convidado ter um domínio relevante da língua portuguesa. Será utilizada uma metodologia de educação à distância, então é a proposta do curso é que nós tenhamos lives e que esses encontros sejam semanais, muito possivelmente no período da noite, por acreditarmos se tratar de um período em que conseguiremos que o nosso participante possa se envolver mais com as aulas e o acompanhamento de uma semana para outra. Fala sobre o cronograma de ações e o cadastro pois o registro poderá emitir um certificado da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul e haverá também um período de divulgação e inscrição para o curso. O Sr. João Fabio Sanches Silva apresenta o esquema do curso com uma previsão de 15 a 25 pessoas participando dessa ação. Agradece a oportunidade e encerra sua fala.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece as palavras e a iniciativa do Sr. João Fabio Sanches Silva e passa a palavra ao Sr. Handerson Joseph, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O **Sr. Handerson Joseph** deseja bom dia e agradece ao Sr. Pedro Henrique de Moraes Cicero, à Sra. Sheila Santana de Carvalho e ao Sr. João Fabio Sanches Silva pela parceria. Inicia falando sobre a importância do dia 18 de maio para a comunidade haitiana, pois é o dia da bandeira do Haiti, sendo um marco no processo de independência da colonização francesa, principalmente da libertação das pessoas escravizadas sob o jugo colonial. O fato do Haiti ter entrado para a história como a primeira nação negra a se tornar independente do mundo e a primeira, também, a se emancipar na América Latina e Caribe, faz com que essa data tenha uma profundidade simbólica e humana não somente para os haitianos, mas para qualquer população que se engaja na luta pela emancipação e pela libertação. Além disso, o Haiti foi o primeiro país a ter sua bandeira costurada pelas mãos de uma mulher negra, chamada Catherine Flon. Ou seja, a própria questão de gênero também é crucial para pensar o protagonismo das mulheres na luta pela igualdade, pela democracia e pela libertação. Ressalta que a própria ideia do curso faz parte, também, da contribuição do governo para consolidar o protagonismo e as lutas do migrante, contribuindo para o seu processo de autonomia, uma vez que o conhecimento linguístico é um instrumento valioso para construir uma vida digna e para a integração das pessoas migrantes refugiadas no país, na inserção no mercado de trabalho, para dar a oportunidade de continuar os estudos e para acessar o sistema de saúde. Então, sem dúvidas, essa proposta de capacitação pode vir a inspirar outras populações migrantes ajudando-as a se organizar de uma forma melhor e, futuramente, estender aos demais migrantes de outras nacionalidades. Por último, destaca que esse conjunto de políticas migratórias e de refúgio que o governo vem promovendo nos últimos meses mostra o comprometimento com os direitos humanos. Logo após, agradece a oportunidade e parabeniza o projeto.

Em seguida, a **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece e deixa registrado em ata que hoje é o Dia da Bandeira Haitiana e que o Conare vem envidando esforços para desenvolver projetos para atender a população haitiana. Logo após passou a palavra ao Sr. Alex André Vargem.

O Sr. **Alex André Vargem** parabeniza o Conare pela iniciativa e começa citando uma frase de Paulo Freire: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Fala sobre a importância do português, não apenas para a comunicação, mas também para que a população conheça seus direitos, para que não sejam explorados, sendo portanto, o ensino da língua portuguesa uma forma de empoderamento do cotidiano, das adversidades que possam encontrar. Parabeniza a iniciativa e o trabalho em nome do Ministério do Direitos Humanos e agradece a oportunidade.

Logo após, a **Sra. Sheila Santana de Carvalho** passa a palavra para a Sra. Anna Paula Ribeiro Araújo Mamede.

A **Sra. Anna Paula Ribeiro Araújo Mamede** diz que gostaria de compartilhar uma ação, feita pelo Ministério de Relações Exteriores, e que foi lançada no dia 29 de abril de 2023. Diz concordar com o Sr. Handerson Joseph de que o ensino do português é um dos principais instrumentos de integração local da população refugiada e migrante, pois sem o domínio do idioma e sem ações que permitam o conhecimento pleno do idioma no Brasil fica muito difícil que se integrem à longo prazo no país. Com isso em mente, no ano passado, junto à OIM e à ESPM, o MRE lançou um projeto piloto de ensino de português. Inicialmente a ideia é de que fosse para meninas e mulheres afegãs em função de dificuldades com relação à cultura local, porém o projeto foi estendido para os representantes masculinos das famílias. O projeto se chama Acolhitude, as aulas começam em junho, com um grupo de 40 pessoas. Acredita que é o tipo de iniciativa que pode ser desenvolvida tanto nas universidades públicas quanto nas privadas junto ao curso de linguística, além de acreditar ser um excelente aprendizado pelas próprias pessoas que estão fazendo o curso de Letras. Por fim, incentiva mais projetos e colocar o Ministério de Relações Exteriores à disposição para ajudar em outros projetos.

O Sr. **Pedro Henrique de Moraes Cicero** agradece ao Sr. João Fabio Sanches Silva e ao Sr. Handerson Joseph e o apoio dado pelo ACNUR para que consigam implementar essa ação de maneira tão promissora. Fala sobre 7ª edição do Curso de Educação Financeira para Migrantes e Refugiados que será realizado nos dias 23 e 24 de maio, em São Paulo, de maneira presencial. Presta uma homenagem à Sra. Clarissa Teixeira Araújo do Carmo, que esteve à frente desta iniciativa enquanto esteve presente na Coordenação-Geral do Conare, e ao Sr. Fernando Farias, que irá liderar o conteúdo desse curso. O Banco Central do Brasil é o responsável pela formatação do conteúdo e nessa oportunidade o curso se dará a partir de uma parceria com a OIM que concederá o espaço físico, o material e também o *coffee break* do curso. Por fim, informa que há 24 migrantes refugiados e solicitantes de refúgio inscritos, oriundos da Venezuela, Afeganistão, República Democrática do Congo e Angola. Como uma forma de homenagem ao Dia do trabalho, comemorado em maio, essa edição está focada em pessoas que já estão ou estão prestes a entrar no mercado de trabalho, entendendo o trabalho, a educação e a saúde como princípios cruciais para a elaboração de políticas de refúgio. Agradece o apoio de todos.

Por conseguinte, a **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** informa que finalizará com dois pequenos informes, um sobre o curso de formação e atualização para os novos membros do Conare. Foi organizado um calendário de cursos que começam na semana que vem, para termos algumas conversas sobre o sistema migratório nacional, o processo administrativo de refúgio, o processo de elegibilidade e outros temas que a Coordenação-Geral e o Conare tratam. Tudo será gravado para que quem não possa participar possa assistir posteriormente, podendo o link ser compartilhado entre suas equipes. O último informe é sobre as atas das 20 reuniões extraordinárias e 170 reuniões ordinárias realizadas pelo Conare. Até então, tínhamos cerca de 40 atas publicizadas no site do Conare, quando há aproximadamente um ano atrás foi iniciado um esforço de tornar pública todas essas atas do Conare. Foi uma demanda que se iniciou como uma ação de transparência passiva, na tentativa de atender os pedidos de pesquisadores, organizações da sociedade civil e cidadãos, mas virou um esforço de transparência ativa por entendermos que o Conare, enquanto órgão de Estado, deve publicizar essas informações e esses documentos, o que permite aos interessados na matéria entender a evolução dos entendimentos do Comitê e dos temas que foram tratados até agora. Até agora, 98% das atas já foram publicadas, faltando ainda uma pequena parte que não foi ainda localizadas e outras que estão em fase de coleta de assinaturas. Além de um trabalho de transcrição e digitalização houve também um trabalho de desidentificação das atas para respeitar o sigilo inerente

aos processos de refúgio e, também, as normas da LGPD. Enfim, foram digitalizadas mais de mil páginas e foram revisadas mais de 100 atas para colocá-las no site. Essa atividade contou com a colaboração de estagiários, servidores da CG Conare e do Acnur. Agradece ao Sr. Rogério Leda, pela pesquisa nos arquivos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, aos estagiários, que precisaram criar as atas que estavam apenas em áudio e à chefe do Núcleo da CG-Conare na cidade de Campinas, Danielle do Amaral Pizetta, que também é bibliotecária, e foi responsável pela coordenação dos trabalhos. Agradece a todos pelo esforço.

O **Sr. Gustavo Zortéa da Silva** pergunta se é mantido o sistema de ter uma ata normal e uma descaracterizada ao que foi informado que foi mantido esse sistema.

Em seguida, a **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradeceu por todo esforço prestado e em seguida passou para a apreciação dos casos.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** inicia a votação dos casos em bloco detalhando cada um deles. Diz haver um conjunto de cinco blocos de processos e consulta se há óbice com relação aos blocos: um bloco de 2 processos com sugestão de Indeferimento, que são casos que estão em processo de extradição e, portanto, tem prioridade máxima para análise; um bloco de 4 processos que são de Grave e Generalizada Violação de Direitos Humanos - GGVDH, manifestamente fundado, com dispensa de entrevista; um bloco de 12 processos de Extensão dos efeitos da condição de refugiado, deferimento; e um bloco com 1.541 processos, de GGVDH, analisados em força tarefa nesse mês; além de um bloco com 31 processos de Autorização de viagem.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** coloca os blocos para apreciação e pergunta se há óbice com relação a algum dos casos ou blocos. Sem óbice, declara aprovados todos os blocos.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** informou que o ponto sobre o planejamento da CG-Conare será passado para a próxima reunião por ser uma apresentação que demanda um pouco mais de tempo e como já estão adiantados no horário será apresentada na próxima reunião. Relata, também, que houve algumas mudanças na equipe da CG-Conare, a Sra. Silmara Campos foi para o Ministério da Educação, porém o Sr. Rômulo Magalhães, um colaborador vinculado ao Acnur, está chegando para agregar à equipe. Ele é especialista em dados, em inteligência artificial e será muito importante nas ações de inteligência, compilação de dados e gestão estratégica desta Coordenação-Geral. Por fim, anuncia que o Sr. Breiner Silvestre Alves Franco, oficial de elegibilidade com bastante experiência, vai assumir o cargo de assistente técnico na Coordenação de Elegibilidade, trabalhando diretamente com a Sra. Amarilis Busch Tavares na revisão dos pareceres, condução de casos prioritários, entre outras demandas especiais e complexa.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** diz que o Sr. Breiner Silvestre Alves Franco será um apoio essencial, considerando sua bagagem e trajetória, e agradece o apoio do Acnur à equipe técnica do Conare. Em seguida, passa a palavra à Ir. Rosita Milesi.

A **Ir. Rosita Milesi** agradece a oportunidade e cumprimenta ao Sr. Breiner Silvestre Alves Franco pela função assumida e manifesta sua satisfação de estarem caminhando de maneira mais expressiva no sentido de políticas de integração de refugiados, pois tais políticas são tão importantes quanto as de acolhida e de proteção. A continuidade e a efetiva expressão desta proteção, através dos mecanismos de reconhecimento e documentação, só se realiza à medida em que conseguir se integrar à sociedade. Caso contrário, seria algo louvável, mas incompleto, por isso é muito bom ver que há políticas de integração, essa questão em torno do idioma, uma vez que o idioma é fundamental para a integração e naturalização dessas pessoas. Cumprimenta e agradece por esses avanços, e diz sempre poderem contar com a colaboração da sociedade civil. Relata que um ponto importante de ser tratado é avançar com a revalidação dos diplomas, pois é um tema de muita relevância, tanto para a realização das pessoas, como para o Brasil aproveitar o potencial desses indivíduos. Há pessoas com qualificação muito significativa e que não conseguem se colocar à serviço da sociedade, mas que não conseguem contribuir porque sua qualificação não lhes dá margem de exercer outras atividades. Então, propõe que fosse estudada uma forma de facilitar a revalidação de diplomas frente à

universidades. Diz que um forte elemento nesse processo é a questão financeira, além do tempo e outras dificuldades. Por conseguinte, deixa o elemento para reflexão e agradece a oportunidade.

A **Sra. Sheila Santana de Carvalho** agradece a Ir. Rosita Milesi e diz que a tem como referência em políticas de acolhida, integração e diz ser de muita importância ter isso como horizonte. Enaltece a participação da Sra. Niusarete Margarida de Lima e reforça a importância de se usar esse espaço como uma deliberação das solicitações de refúgio, mas também na construção de políticas de refúgio, pois isso é muito importante para o atendimento de proteção integral à população refugiada. Logo após, compartilha algumas articulações que têm sido realizadas juntamente com o Senador Paim, Deputado Pastor Henrique Vieira e o Deputado Carlos Zaratini, que estão estudando algumas propostas de alteração legislativa, tanto na questão da revalidação do diploma, quanto de um acesso educacional mais amplo, inclusive a revisão da Lei do Prouni e FIES, para que os migrantes e refugiados tenham acesso a esses programas. Relata estar muito grata ao engajamento de parlamentares dentro dessa agenda, o que ajuda a trabalhar isso dentro do Congresso Nacional. Saúda, também, o Deputado Rui Falcão, que está ajudando a desenvolver essa estratégia legislativa para o atendimento dessa população a nível do Congresso. Compartilhou que há um avanço a nível de política de refúgio num projeto piloto de atendimento às mulheres refugiadas e migrantes vítimas de violação e de mutilação genital feminina, então agradece o engajamento do Ministério da Saúde na ajuda de se pensar um atendimento médico a essas mulheres e isso se combina com a nossa deliberação do reconhecimento prima facie deste grupo social específico. Depois, relata a oportunidade que teve de acompanhar a reunião do Processo de Quito, com a participação de representantes técnicos de 13 estados da América Latina, com o intuito de discutir a questão da reunificação familiar na região, na qual houve uma perspectiva de forma ampla e não só na demanda para a reunificação familiar dos venezuelanos na região, mas também da demanda de outros fluxos migratórios, sabendo dos desafios que tem-se enfrentado para reunificação familiar aqui no Brasil, especificamente com a população haitiana. Diz que a próxima reunião do Processo de Quito será aqui, em junho. Logo após, comenta sobre a inauguração da nova sede do Conare em Campinas, agradecendo a chefe do Núcleo Regional, a Sra. Danielle do Amaral Pizetta pela mobilização e ao Secretário Nacional de Justiça, o Sr. Augusto de Arruda Botelho, que participou da cerimônia. Relata que o Brasil assumiu a presidência do Mercosul e isso faz com o Comitê se torne a secretaria executiva dos CONAREs no Mercosul, o que representa um desafio muito grande, mas que será extremamente interessante, tendo em vista o potencial de influenciar a agenda nesse espaço e também para que ocupemos de forma estratégica e consigamos desenvolver uma política sul-americana mais promitente em relação à questão dos refugiados. Saliencia a importância de compartilhar e trabalhar juntos na construção de políticas, pois é importante não apenas que façamos reuniões com espaço para discussões de políticas, mas que também consigamos trabalhar nesse ínterim para isso. Agradece o engajamento dos ministérios, do Acnur e da sociedade civil para que possamos aprimorar nossa políticas. Por fim, agradece a todos e informa que a próxima reunião será realizada no dia 15 de junho às 10 horas, além de reforçar que no dia 20 de Junho, dia Internacional dos Refugiados, está sendo elaborado uma proposta de uma semana de atenção aos refugiados e migrantes no Ministério da Justiça e Segurança Pública. Em breve mais informações sobre a reunião serão veiculadas. Agradece a presença de todos e encerra a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros**, **Coordenador(a)-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados**, em 23/02/2024, às 11:47, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **24466267** e o código CRC **0C464F68**
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

